

**JUVENTUDE E HIP HOP DA MARGEM AO DIREITO À CIDADE: uma reflexão em torno de práticas juvenis de ressignificação do urbano a partir do movimento Batalha do Setor**

**Vinícius Mendes**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFCAT. Membro do grupo de Pesquisa de estudos interdisciplinares em gênero, cultura e trabalho -DIALOGUS-CNPq/UFCAT.  
Email: [viniciusmenndess@gmail.com](mailto:viniciusmenndess@gmail.com)

**Carmem Lúcia Costa**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFCAT.  
Membro do grupo de Pesquisa de estudos interdisciplinares em gênero, cultura e trabalho - DIALOGUS-CNPq/UFCAT.  
Email: [clgeo@ufcat.edu.br](mailto:clgeo@ufcat.edu.br)

**Resumo**

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa a qual analisa a ocupação juvenil da cidade, com recorte espacial na praça Irca Vitória da Fonseca em Catalão – GO. Neste lugar, ocorrem ocupações juvenis, voltadas para o lazer noturno ressignificando o uso programado dele. Uma das ocupações realizadas é a Batalha do Setor, movimento da cultura hip hop com o intuito de difundir a cultura para as juventudes periféricas. Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é analisar a produção socioespacial de jovens e o direito à cidade, para isto a pesquisa se divide em fases, sendo a primeira o levantamento bibliográfico em autores que trabalham com a reprodução do urbano, políticas públicas, lazer, juventude, uso e apropriação da cidade. Ainda, na pesquisa documental foram utilizadas fontes secundárias como o Plano Diretor de Catalão, sites institucionais, e IBGE. Além de um levantamento de informações nas redes sociais da Batalha do Setor. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade do apoio aos movimentos juvenis, pois estes carregam consigo a potencialidade da democratização da cidade.

**Palavras-chave:** Cidade; Juventude; Hip Hop; Direito à cidade; Lazer.

**YOUTH AND HIP HOP FROM THE MARGIN TO THE RIGHT TO THE CITY: a reflection on youth practices of resignification of the urban from the Batalha do Setor movement**

**Abstract**

The present work is an excerpt from research that analyzes the youth occupation of the city, with a spatial cut in Irca Vitória da Fonseca square in Catalão - GO. In this place, youth occupations take place, aimed at nighttime leisure and that give new meaning to the programmed use of it. One of the occupations carried out is Batalha do Setor, a hip hop culture movement that aims to spread the culture to peripheral youths. Therefore, the general objective of the work is to analyze the socio-spatial production of young people and the right to the city, for this the research is divided into phases, the first being the bibliographic survey in authors that work with the reproduction of the urban, public policies, leisure, youth, use and appropriation of the city), Souza (2008), Gonçalves (2010), Romera, Trevisan and Marcelino (2012), Oliveira (2010) and others. Also, in the documentary research, secondary sources were used, such as the Master Plan of Catalão, institutional sites, IBGE and others. In addition to a survey of information on the social networks of Batalha do Setor. The research results point to the need to support youth movements, as they carry with them the democratization potential of the city.

**Keywords:** City, Youth; Hip hop; Right to the city; Leisure.

## **Introdução**

Este artigo é um recorte de uma pesquisa realizada para conclusão do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), PRAÇA IRCA VITORIA DA FONSECA: um estudo sobre lugar e formas de ressignificação do uso da cidade, cujo tema é a ocupação do espaço urbano realizada pelas juventudes locais. A problemática consiste em analisar as práticas de lazer em uma praça da cidade de Catalão em Goiás, onde jovens usam e se apropriam deste lugar, para ocupações voltadas para o lazer e intervenções políticas.

Frente a isso, observamos potencialidades que podem somar com a luta pelo direito à cidade. Neste recorte da pesquisa, é analisada a ocupação realizada pelo movimento Batalha do Setor, um encontro semanal o qual propõe o uso da praça para o movimento hip hop, aconteceu de 2016 a março de 2020. O objetivo geral do artigo é analisar a produção socioespacial de jovens e o direito à cidade, e ainda, compreender a contradição mercadoria x uso; analisar a produção da Cidade de Catalão enquanto reprodução de racionalidades e contra racionalidades; investigar a Batalha do Setor enquanto movimento que transforma e ressignifica o urbano.

A partir de Triviños (1987) e Carlos (2011) entende-se que o método materialista histórico-dialético melhor proporciona caminhos para análise da problemática, pois permite, através da realidade comparar o real e o possível, extrapolando as abstrações puras, para além da epistemologia estando perto do plano da vida. Assim, a metodologia da pesquisa, dividida em etapas, se inicia com o levantamento de literatura em conceitos chave como: espaço, lugar, urbano, uso, troca, políticas públicas, juventude e lazer em autores/as como: Carlos (2007, 2011, 2014 2017), Corrêa (1994,2007, 2004), Costa (1998) que trabalham as contradições na produção uso e apropriação do urbano. Lefebvre (1991) e Harvey (2014) os quais abordam a luta pelo direito à cidade. Pallen (1975) que narra o processo de surgimento das cidades. Souza (2008), Santos (2004) e Mbbembe (2018) para o conceito de necropolítica. Por fim, Gonçalves (2010), Romera, Trevisan e Marcelino (2012), Oliveira (2010) trabalham o hip hop, as juventudes, entre outros.

Uma pesquisa documental, fundamentada em Godoy (1995), foi feita para entender como o Estado influi no espaço e nas vidas dos sujeitos através das políticas públicas. Foram pesquisadas, também, fontes secundárias como o Plano Diretor de Catalão, sites

institucionais, IBGE e outras. Realizamos, ainda, um levantamento de informações nas redes sociais da Batalha do Setor. Em função da pandemia do COVID 19, no período em que a pesquisa foi realizada, os encontros presenciais estavam suspensos devido ao distanciamento social. Com a pandemia e a reforma da praça, a batalha se transferiu para outro local da cidade, uma estratégia de sobrevivência, por isso, o período analisado foi de 2016-2020.

### **Produção do espaço urbano**

O espaço geográfico é produto das relações sociais, diretamente ligado à reprodução da sociedade (CARLOS, 2011), sendo o ato de viver uma reprodução espacial. Por isso, o espaço é condição, meio e produto da sociedade. De modo que no capitalismo a espacialidade reproduzida é marcada pela luta de classes, construída com a exploração do trabalho social, através da busca pela maximização dos lucros e permeado por relações complexas encontros / desencontros; acesso / exclusão; persistências / preservação; rupturas / transformações.

Corrêa (2004) ao pensar a produção espacial urbana, afirma que esta é produto de complexas relações entre agentes hegemônicos – os quais consomem e produzem espaço em grande escala – buscando mais lucros em sua atividade econômica por meio da alteração da morfologia urbana. Os agentes imobiliários, proprietários dos meios de produção e/ou de terras, disputam a construção de uma cidade para melhor atender suas necessidades produtivas.

O Estado, enquanto representante institucional media os conflitos e propicia as condições para que as ações se realizem a partir do discurso e do aparato legal. Na margem deste processo, estão os/as trabalhadores/as que, sem acesso ao capital, têm sua vida na cidade condicionada às ações dos demais agentes. Tendo isto em vista,

O espaço urbano capitalista - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações – acumuladas através do tempo e engendrados por agentes que produzem e consomem o espaço (CORRÊA, 2004, p. 3).

Enquanto campo de disputas, o espaço urbano não é algo concluído, pelo contrário carrega elementos do passado, mas está em constante modificação. Carlos (2011) afirma que a produção do espaço é imanente a produção social, enquanto movimento histórico, sendo assim “a noção de cotidiano permite deslocar a questão da análise do plano econômico, sem, todavia, excluí-lo, para o plano social, iluminando a prática real e vivida na qual afloram as contradições” (CARLOS, 2011, p.15). Isto porque a produção espacial sendo parte do sistema

econômico impõe regras e formas de ocupação do espaço sempre cambiantes, mas este processo não ocorre de forma passiva, pois os sujeitos que vivem à margem buscam resistir a tais imposições.

Neste sentido, a reprodução do espaço urbano ocorre através de contradições, na base delas está a reprodução de um espaço mercantilizado pela produção econômica, sendo, ao mesmo tempo, espaço da vida, das práticas cotidianas, que não seguem em sua essência a programação capitalista. De um lado, uma dimensão espacial construída para o capitalismo, mercadoria a ser consumida, ou enquanto auxiliar da produção e circulação de produtos, atrelada ao valor de troca. E, de outro, o lugar da possibilidade, do encontro, afeto, das trocas de vivências das relações socioespaciais cotidianas, relacionada com uso e apropriação dos lugares.

A divisão socioespacial do trabalho implica na produção de lugares especializados e construídos a partir de uma visão utilitarista. Sendo que o espaço no mundo moderno é visto a partir de uma visão cartesiana, enquanto uma distância a ser percorrida em menor tempo possível para maximizar o lucro (CARLOS, 2017). Por isso, a apropriação privada do espaço produzido socialmente é uma forma capitalista de controle das relações socioespaciais, a partir da alteração da morfologia espacial, o capital direciona as formas de uso dos lugares, controlando toda a vida na cidade em prol do consumo.

Além do direcionamento da forma espacial, ocorre o controle da dimensão temporal, afinal espaço-tempo são categorias indissociáveis, e na produção do espaço sob a égide do capitalismo o tempo de trabalho é precarizado, e o tempo livre transformado em momento de consumo. Neste sentido, as relações socioespaciais são vividas em temporalidades efêmeras – cada vez mais aceleradas – e em espaços amnésicos – mercantilizados – nos quais o objetivo é consumir (CARLOS, 2011), assim a cidade enquanto obra, a significação dos lugares e as relações sociais são empobrecidas e substituídas pelo consumo.

As significações são constantemente removidas a partir das renovações urbanas, com novas morfologias propõe novos usos – para atender necessidades dos empreendimentos capitalistas – além de destruir o que estava construído anteriormente, juntamente com a história do lugar, cria um processo de estranhamento do/a habitante na cidade (CARLOS, 2017). Assim, os referenciais dos/as habitantes nos lugares construídos ao longo da vida são destruídos, num processo de esvaziamento visando garantir a hegemonia do consumo na vida das pessoas.

Os lugares da sociabilidade, como encontro e festa, tornam-se ou são substituídos por locais privados de consumo, são reformulados enquanto pontos fotografáveis ou distâncias percorridas. E neste processo, para consumir e ocupar estes espaços privados, comportamentos e condições são impostas, por meio de uma estrutural exclusão da maioria ao uso da cidade. Isto ocorre porque no capitalismo o objetivo é o lucro, e a mercadoria é colocada acima de tudo, inclusive da vida, até as necessidades fundamentais – como o lazer – são condicionadas ao ter ou não dinheiro para consumi-las.

Esta produção de simulacros afeta a dinâmica urbana em um processo que Lefebvre (1991) denomina de vitória do valor de troca sobre o uso, segregando indivíduos ao direito à cidade e cidadania. Por mais que exista a resistência, esta condição é estrutural do capital, frente a isso, a seguir será discutido como a produção espacial a partir da contradição uso-troca condiciona a vida urbana.

### **A programação da exclusão e a luta pelo direito à cidade**

A partir da primeira revolução industrial, um modelo de cidade se consolidou e se mundializou enquanto um modo de produzir, pensar e viver. Organizada em torno da produção, a cidade industrial visa melhor assistir o processo produtivo. A vida urbana é norteada pelo consumo, as relações de sociabilidade são substituídas por relações humano-objeto, e o/a habitante passa a ser morador/a, consumidor/a de um espaço que é mercadoria, mas também é parte da produção e, por isso, alterado para atender a produção e a circulação.

Isso acontece porque, no “neo-capitalismo sobrepõe o centro de decisão ao centro de consumo (que ele nem desmente nem destrói), não reúne mais nem as pessoas nem as coisas, mas sim as informações, os conhecimentos” (LEFEBVRE, 1991, p. 130). A cidade quando surge “é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do comércio, na direção dos produtos. [...] Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é o valor de troca” (LEFEBVRE, 1991, p. 12). Enquanto o tempo de viver a cidade, de contemplar é atrelado a arte, a troca propõe um tempo acelerado fazendo com que a cidade seja construída de forma plástica e, por vezes, descartável.

A cidade tem seus espaços generalizados a partir da troca (LEFEBVRE, 1991), colocando a vida urbana em um tempo fluido que elimina “a sensação do que dura e persiste criando um vazio preenchido por coações. O poder controla o fluxo, o uso e o tempo do uso dos lugares” (CARLOS, 2017, p. 32). Ao pensar a vida e o cotidiano no urbano, Carlos

(2017) aponta que toda essa alteração da morfologia da cidade é um processo de generalização do espaço, em constantes alterações produzem uma condição de estranhamento. A partir de identidades abstratas coagidas pelas instituições e coordenadas pelo consumo o/a trabalhador/a é constantemente segregado/a da produção da cidade e é alienado/a de seu uso.

A produção da sociedade urbana vai determinando novos padrões que se impõem de fora para dentro, norteados pela sociedade de consumo, produzindo um espaço-tempo desigual e diferenciado, “criando modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, pelo desenvolvimento da mídia que ajuda a impor os padrões e parâmetros, pela rede de comunicação que aproxima os homens e lugares” (CARLOS, 2017, p.11). Ainda,

As novas condições de existência se realizam a partir de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana que transforma radicalmente a sociabilidade empobrecendo-a à medida em que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica - que requer a construção de novos espaços - que vai redefinindo as relações dos habitantes com o lugar e no lugar (CARLOS, 2017, p. 11).

O capital utiliza algumas instituições para garantir a organização e manutenção desta rotina, a Igreja, a Escola, a mídia, a família e principalmente o Estado que através das leis e políticas públicas define regras e formas de viver e de ocupar os fragmentados espaços urbanos. A partir de um processo de implosão-explosão (Lefebvre, 1991), a cidade, de acordo com a expansão das atividades produtivas, se expande incorporando novas áreas ou renovando o seu interior, a fim de produzir novas funcionalidades em espaços já existentes.

A renovação urbana é parte deste processo com o intuito de adequar lugares a suas novas funcionalidades. Carlos (2017) ao analisar a operação urbana de expansão da Av. Faria Lima, em São Paulo, aponta como o Estado se alinha aos interesses capitalistas – donos dos meios de produção, promotores imobiliários – para reformular a morfologia do urbano e atender os interesses destes, seja pela imposição de novas formas para produção ou pela valorização do solo urbanizado.

De modo, que o Estado produz reformas no espaço urbano, substanciadas pelo discurso institucional criam cicatrizes na cidade, que nem sempre são pelo bem coletivo, mas sim pelas necessidades dos empreendimentos. Assim, colocam os interesses econômicos acima da vida dos/as trabalhadores/as que são desapropriados/as de suas casas, perdem o acesso aos outros lados do bairro, tendo que conviver com maiores fluxos trazidos por empreendimentos, o/a habitante é incluso em uma morfologia alheia a qual altera sua rotina de forma arbitrária.

Em Catalão, organização das praças da cidade segue um padrão de uma programação voltada para o vazio, com a implementação de uma arquitetura excludente, com locais sem grandes significações, rotas de circulação. As praças do município, desde 2019, passam por um processo de renovação que revela o projeto da administração municipal. Nessas reformas, as praças passam por uma destruição de sua infraestrutura anterior, bancos, aparelhos de apoio, brinquedos e até árvores são colocadas ao chão, dando lugar as construções monumentais, voltadas para uma estética que valoriza o moderno, o novo e o progresso, valores de essência capitalista, estes espaços são programados para serem espaços os quais seguem a lógica da produção dos espaços amnésicos, que Carlos (2011) conceitua para se referir aos lugares mercantilizados da cidade.

Sendo assim, as praças renovadas são constituídas de grandes fontes, simulações de rios e cachoeiras, palmeiras e outras espécies ornamentais, escadarias e outras construções, dentre elas praças de alimentação destinadas as empresas privadas que exploram este espaço. Por outro lado, as praças dificilmente apresentam sombras, bebedouros, banheiros públicos, e outras estruturas que propiciam o uso mais amplo. Esta renovação (Figura 1) revela que a programação para estes lugares é o uso para o consumo, seja a partir de fotografias ou da compra em um momento de lazer. Outras formas de ocupação - como para o lazer de jovens, por exemplo -, não constam no repertório programado.

**Figura 1** - Praça Duque de Caixas, popularmente conhecida como a “Praça da Feira”, em 2021.



Fonte: Arquivo pessoal dos pesquisadores. Org. MENDES (2022).

A praça Duque de Caxias, apresentada na figura, situada no centro da cidade e é local de uma feira livre, aos domingos, assim serve para dar apoio a quem trabalha e consome na feira, semanalmente utilizada em prol do lazer. Antes da renovação, a praça era composta por grandes árvores, banheiro público, áreas de grama que auxiliavam na ocupação, mas também no escoamento da água da chuva. Ainda, na requalificação (Figura 2) foi construída uma praça de alimentação, administrada por empreendimentos privados que mescla elementos privatizados em um espaço de origem pública, movimento que vai na contramão do entendimento de que este é um espaço coletivo (Figura 2).

**Figura 2** - Antes e depois da praça Duque de Caxias 2019 x 2021.



Fonte: Arquivo pessoal dos pesquisadores. Org. MENDES (2022).

Após a requalificação, ela perdeu suas árvores, ganhou novas espécies ornamentais, foi em sua maioria cimentada, o banheiro público não existe mais, porém a praça é cortada por fontes e quedas d'água que simulam um pequeno rio. A praça explicitamente se tornou um lugar de consumo, já não é mais um lugar para descanso e usos diurnos, afinal é difícil estar neste lugar nos dias quentes, sem a presença da vegetação e da sombra. Ainda é evidente que a ocupação realizada pelos/as feirantes foi ignorada, pois a infraestrutura construída não auxilia em dias de feira.

Deste modo, cultura local é dissolvida dando lugar ao consumo de signos propiciado pelo marketing (CARLOS, 2017) e com isso as pessoas são excluídas do lazer gratuito. Pois em um mundo nortado pela mercadoria, “aos que possuem dinheiro, todo o glamour do consumo; aos que não podem pagar, o terror, o consumo dos signos via mídia, a luta pela sobrevivência, a necessidade, o consumo limitado e programado” (COSTA, 1998, p. 13). A autora ao estudar os conjuntos habitacionais produzidos para trabalhadores/as, afirma que a partir da morfologia espacial o Estado promove um controle da rotina do/a trabalhador/a produzindo o que Lefebvre denomina de terrorismo urbano, pautado em uma vida programada, alienada e segregada do direito à cidade. Costa (1998) coloca,

As estratégias de programação da vida, do espaço, da cidade apresentam-se como um terror difuso que impõe regras aleatórias contribuindo ainda mais para a não apropriação de forma igualitária da cidade, um terror que permeia todas as relações, o terror do planejamento do trânsito, das terras, dos bairros, dos horários, do morar, do lazer. (COSTA, 1998, p. 13).

A vida, o trabalho e o lazer são colocados a partir de uma perspectiva homogeneizante, que metamorfoseia a morfologia prático-sensível urbana de forma perversa. A construção concreta do espaço urbano nos deixa “diante de estratégias do poder público - como gestor das políticas de transformação do espaço redefinindo áreas de valorização, de um lado, e de outro, os empreendedores imobiliários os quais definem a estratégia de realização do espaço-mercadoria” (CARLOS, 2017, p. 139). De modo que o Estado utiliza as políticas públicas – da presença ou falta delas – para materializar as necessidades do capital na produção do espaço, seja construindo novos lugares, alterando drasticamente a morfologia prático-sensível da cidade, seja regulando as formas de ocupação dos espaços. E ainda,

O mercado de capitais e o estabelecimento de políticas espaciais redefinem o direcionamento dos investimentos no espaço; são estratégias que se projetam no código de obras, nos projetos urbanísticos, e inclusive no não-construído: a organização do tráfego, abertura de avenidas tendo como apoio o “urbanismo institucional” enquanto conjunto de ações sistematizadas sob o comando da instância política. Aqui as exigências do desenvolvimento do capitalismo, sob a égide do estado intervém na prática socioespacial, através da gestão do espaço. (CARLOS, 2017, p. 90).

Por outro lado, Souza (2008) analisa como o Estado se une com a mídia para a fobopolização<sup>i</sup> do espaço público, que se alia ao processo acima com o intuito de estigmatizar corpos e espaços. Assim, locais públicos não são ocupados devido ao medo generalizado da violência. Em seu trabalho, o autor coloca que em troca do esvaziamento dos espaços públicos, o capital produz espaços privados para o comércio, como os shoppings, os quais parecem públicos, mas têm sua programação para mercadoria e aqueles sem o perfil e o dinheiro para o consumo são segregados de tal espaço.

Entretanto, ocorre um movimento de adequação-negação da programação, a mercadoria não absorve todas as práticas do indivíduo. Carlos (2007) ao discutir a diferenciação da reprodução espacial, aponta que o espaço geográfico também se apresenta como a base para significação da vida, “porque a produção da vida não se refere, apenas, à produção de bens para satisfação das necessidades materiais; significa também a produção da humanidade do homem” (CARLOS, 2007, p.53). O cotidiano é marcado pelo imprevisto, pela possibilidade do encontro e pela significação plural dos lugares.

A identidade urbana construída no dia a dia por habitantes é individualizada, a praça onde se brincava quando criança, o centro comunitário, o parque da cidade, a casa da família, possuem significações que o valor de troca não consegue mensurar. Desse modo, “a cidade, como prática social, é espaço tempo da ação que funda a vida humana em sua objetividade/subjetividade, superando-a como simples campo de experiência” (CARLOS, 2014, p. 475). Mesmo que o capital desestrua as referências dos sujeitos na cidade, construa novos lugares e imponha novos usos, ainda existe a possibilidade de os/as habitantes de ressignificarem estes espaços.

Lefebvre (1991) coloca a cidade como lugar de possibilidades, local de encontros, convergências, comunicações; é também o lugar do desejo, desequilíbrio permanente, do lúdico, do imprevisível, e mais, da sede da dissolução das normalidades, do que é padronizado e programado. Isto porque, “o uso (valor de uso) dos lugares, dos monumentos das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca. A satisfação de necessidades elementares não consegue matar a insatisfação dos desejos fundamentais (ou do desejo fundamental)” (LEFEBVRE, 1991, p. 84). A necessidade de sociabilidade do ser humano, por vezes, é atacada e colocada em segundo plano, e mesmo em um mundo guiado pela tecnologia ela ainda ressignifica a vida.

Na contrapartida dos usos homogêneos Lefebvre aponta que as ruas e outros espaços públicos quando utilizados de forma improdutiva, pelo lazer, são a representação essencial da fuga da programação. “Com efeito, o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)” (LEFEBVRE, 1991, p. 12). Ou seja, o lazer, o lúdico é a verdadeira expressão da fuga à programação.

Assim, usos da cidade como os bailes funk, encontros de jovens em parques, as ocupações em grandes avenidas - como a Av. Paulista -, as pichações, dentre outras manifestações culturais ressignificam os usos da cidade, fortalecem usos não produtivos do urbano e práticas contrárias à programação. Este movimento ocorre na praça onde realizamos nossa pesquisa, em que o movimento de jovens ligados ao Hip Hop ocupa / ocupou a praça Irca Vitória da Fonseca para a realização de eventos semanais de rap, reproduzindo conflitos com o poder público da cidade, como principal resposta a repressão dessas práticas.

Isto ocorre porque em Catalão existe uma forma de lidar com os espaços públicos, que se baseia na construção de lugares modernos e arquitetônicos, mas nem sempre funcionais ao uso dos/as habitantes. Esse projeto se expande pelas praças da cidade e impõe

um padrão de uso, baseado em formas de lazer diurnas. Costa e Prado (2003) analisaram políticas de lazer em Catalão. Em seu trabalho, denunciam uma diferenciação do tratamento referente a construção e manutenção dos espaços de lazer do centro e da periferia, pois o primeiro recebia mais recursos que o segundo.

Ainda, o trabalho de Costa e Prado (2003) denuncia que a prefeitura negligencia a opinião dos moradores no processo de planejamento das obras, criando nos espaços públicos de lazer áreas de conflito e disputas entre a comunidade. De modo que,

A partir de visitas à Prefeitura Municipal, identificamos que o processo de construção dos espaços mais recentes tem se dado, por via de solicitação das associações de bairros à atual administração. Esta demanda é automaticamente repassada ao departamento de obras; a construção é deliberada sem mesmo antes ser qualificada em um projeto de princípios, de constituição de política pública, baseados numa política distinta para o lazer. De acordo com a Secretaria de Obras, identificamos por parte do responsável, que não há sequer na repartição, as licitações de obras para a construção ou reforma de alguns espaços. Como não há a licitação, não há projeto, não há um estudo de necessidades bem como não nos forneceram dados sobre o quanto que já foi gasto neste empreendimento. (COSTA e PRADO, 2003, p. 109).

A falta de diálogo emerge como um dos vetores que produzem a problemática na praça Irca Vitória da Fonseca, a disputa entre jovens e outros/as moradores/as do entorno da praça só existiu porque faltam lugares propícios para o lazer e cultura noturna para estes jovens.<sup>ii</sup> No caso, não existe diálogo com a comunidade em relação às suas necessidades, a parte do projeto relacionada a ocupação dos sujeitos feita de forma “aleatória não valoriza os espaços e não considera a importância das pessoas que os frequentam com suas práticas de lazer” (COSTA e PRADO, 2003, p. 110).

A ocupação realizada pelos jovens era constituída por um processo de contracultura que quebrava a programação. Assim, vivendo à margem do circuito de lazer urbano e reunidos por desejos, em sua maioria, não relacionados com consumo – troca de experiências, afeto, socialização, vida em comunidade – estes jovens ressignificavam o espaço da cidade. Por outro lado, os/as moradores, essencialmente classe trabalhadora presos em uma rotina exaustiva de trabalho, entravam em conflito com as práticas ali realizadas. Em meio a este conflito habita a possibilidade revolucionária em busca de uma cidade plural, em torno disso que esta pesquisa se estrutura.

## **Batalha do Setor Catalão – GO: uso e apropriação dos espaços públicos da cidade**

O município de Catalão, situado no sudeste goiano, hoje possui 4.197 km<sup>2</sup> incluindo os distritos de Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde. A cidade atraiu diversos investimentos, primeiro, por sua localização nas rotas da linha férrea da ferrovia Centro Atlântica “geograficamente como ponto estratégico de escoamento para grandes centros urbanos do Sudeste e do Centro-Oeste brasileiro” (LIMA, 2019, p. 55). E em função da construção da BR-050 que favorece o fluxo com aos grandes polos consumidores e escoadouros de produtos no país.

Estes fatores fizeram, juntamente com as políticas de descentralização industrial e ocupação do interior do Brasil, no processo de expansão do meio técnico-científico-informacional (SILVA, 2005) levaram o Estado brasileiro a direcionar investimentos, assim atraindo para Catalão diversas indústrias. O município seguiu a lógica nacional, de esvaziamento do campo e concentração urbana, ao passo que a modernização da agricultura atrelada à industrialização e ao capital internacional foi penetrando, fragmentando, programando, desconfigurando os espaços.

A cidade se urbanizou de acordo com as atividades econômicas, teve diferentes funcionalidades na divisão espacial do trabalho, e foi se reconfigurando para atender cada uma delas. Por isso, em Catalão hoje convivem diferentes modos de vida que contrastam, característicos do tempo lento do interior e dos fluxos rápidos das atividades econômicas. Silva (2005) ao analisar como a lógica global do meio técnico-científico-informacional afeta a organização do setor da moda íntima em Catalão, aponta como a cidade é um centro de investimentos, com grande influência nas cidades ao seu redor e como isto conflitua com algumas rugosidades. De modo que,

Catalão, especificamente, é considerada como uma das cidades que mais se desenvolvem e recebem investimentos financeiros, tecnológicos e públicos do Estado. Sendo um centro dinâmico e dinamizador em relação a outros lugares, podemos então afirmar que esta cidade absorve e irradia os reflexos da globalização, mas, mesmo assim, algumas rugosidades (tradições culturais, conjuntos arquitetônicos, costumes e outros) ainda permanecem no espaço citadino, contrastando com a imponência dos feitos do meio técnico-científico-informacional, ou seja, do sistema global (SILVA, 2005, p. 40).

Mas, Catalão passou por mudanças como a entrada de capital, de empresas, fluxos diferentes de um mundo marcado pela mercadoria, e, como Silva (2005) levanta, com forte ação do Estado que direcionou os fixos e os fluxos para essa área e, com isso, trouxe migrantes de outras cidades pequenas, mas também de grandes centros cuja programação é

outra, o tempo é outro. Assim, modos de vida entram em conflito, afinal as programações são diferentes, um exemplo disso.

Neste contexto que emerge a Batalha do Setor, na praça Irca Vitória da Fonseca, conhecida na cidade como Praça do Setor, pois se situa no bairro Setor Universitário, próximo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e a Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar um subcentro comercial de Catalão. O local foi estrategicamente escolhido para atrair mais público universitário, dando centralidade a outras juventudes e pautas, além do diálogo com os/as estudantes. Por isso, mesmo a praça estando sem reformas desde 2012, e com estrutura desgastada, já sem bancos, pintura, ela foi escolhida para ser ponto do movimento no ano de 2016.

A Batalha do Setor, como o próprio coletivo se intitula, é “um ponto de encontro de rimadores no interior de Goiás”, ocorre às quartas-feiras a noite, na Praça Irca Vitória da Fonseca, sendo “uma ação cultural direcionada às comunidades periféricas de Catalão. Criada em 2016 com o objetivo de proporcionar a interação e integração das expressões artísticas da cultura de rua” (Batalha do Setor, 2021, s.p). Assim, o movimento, o qual é uma vertente do hip hop, busca proporcionar na praça um lugar de difusão de cultura e arte, para artistas se expressarem, além de ser um evento de lazer para os demais ocupantes. “Lo Bianco (2004) define o espaço da festa Hip Hop como local de sociabilidade, no qual a identidade negra e “afrodescendente” se mostra presente” (LO BIANCO, 2004 *apud* OLIVEIRA, 2010, P. 90).

Essa é a forma como se denomina o coletivo de jovens da cultura hip hop, com sua ideologia e propósito de levar cultura a locais onde o poder público da cidade não chega, pois a sujeitos que o lazer mercadológico deixa de lado. Mesmo sem estrutura para receber atividades culturais com público - afinal não tinha banheiro, água, iluminação era precária - o movimento entendeu que naquele espaço tinha outras condições, como as pessoas as quais poderiam ser atraídas pela atividade cultural.

Logo, estas ocupações fogem a lógica da programação do capital, delas emergem lutas de movimentos sociais e culturais, como Hip Hop, o qual criam o que Harvey (2014) chama de espaços heterotópicos, fugindo a programação, que são uma potência capaz de produzir o novo, mesmo antes da revolução, espaços de convívio, encontro, trocas em que são estabelecidas formas de usos as quais nem sempre seguem a programação da mercadoria. O processo de resignificação que começou na Praça do Setor em 2016 é típico do Hip Hop, pois surge nos guetos de Nova York, diretamente ligada à luta pelo direito à cidade.

Naquele momento, o movimento surgiu para oferecer lazer a camada excluída das ações públicas e dos espaços, cuja cultura e lazer são mercadorias, ainda, para pacificar um gueto que vivia em guerra, negros contra negros e contra o genocídio estatal.

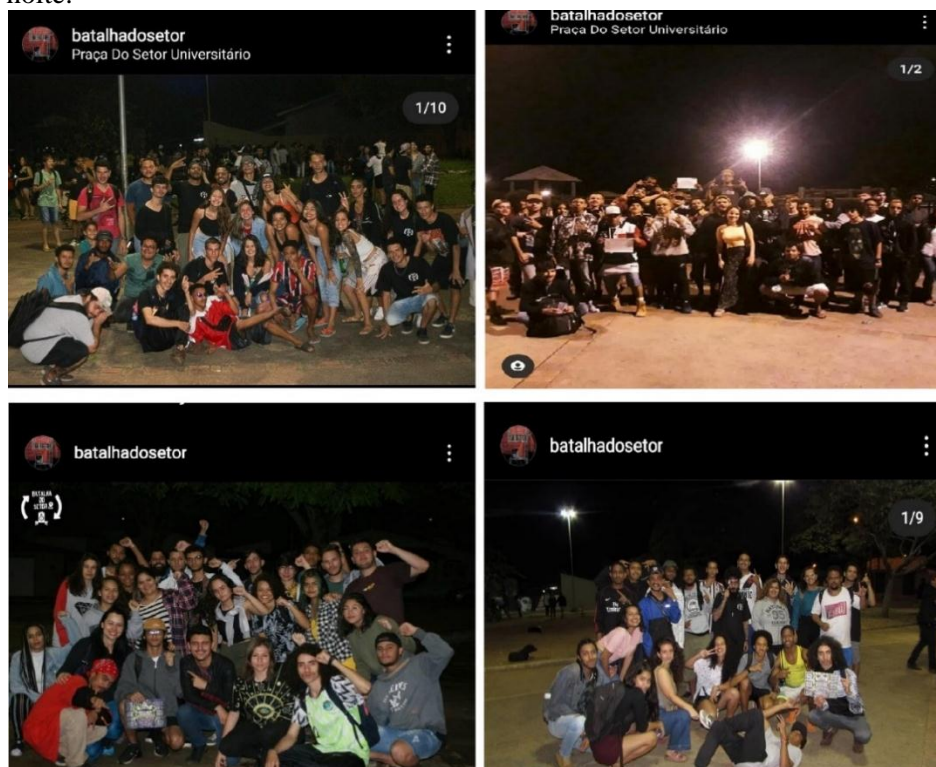
Ou seja, o Hip Hop nasce de festas criadas para acabar com brigas entre gangues. Essas festas incentivavam os jovens a construir uma “fala criativa” como os cantos de tradição africana ainda presentes na Jamaica. Emerge, assim, outros lócus de enunciação, isto é, os jovens pobres do gueto, em sua maioria negros avaliando suas realidades. (GONÇALVES, 2010, p. 76).

E estas festas se tornaram as expressões artísticas nos shows de rap, exposição de grafite, de break, apresentações de DJ’S, carregam atualmente os holofotes do *mainstream* da indústria cultural, absorvendo e esvaziando o discurso, e realidades como a Batalha do Setor que à margem mantém a essência da festa Hip Hop resistindo a perseguição, opressão e ataques. De modo que,

O espetáculo, originalmente feito ao vivo (em casa, nos parques e praças) ganhou a rua e o rap, gravado numa fita cassete, passava de mão em mão entre os admiradores. Essas festas tinham a intenção explícita de canalizar as revoltas e frustrações da juventude oprimida, tentando, assim, deslocar para a arte os impulsos violentos das atividades autodestrutivas como o crime e o consumo de drogas. (GONÇALVES, 2010, p. 38).

A Batalha do Setor reúne um dos elementos do Hip Hop<sup>iii</sup> que é o rap, na figura dos duelos de MC’S, organizados para realizarem competições sobre quem faz o melhor *freestyle* reunindo ideias, as quais se encaixam em uma batida organizada em rimas. A origem de tal desafio simbólico é para ressignificar um espaço de conflito, o Bronx sofria com muitas mortes e guerras entre gangues então as disputas do Hip Hop unem arte, conhecimento e cultura em prol da paz e da autoestima negra, bandeiras que a Batalha do Setor levanta em seus encontros (Figura 3).

**Figura 3** - Eventos da Batalha do Setor, tradicional foto com o campeão da noite.



Fonte: BATALHA DO SETOR (2020)<sup>iv</sup> Org.: MENDES (2022).

Os eventos, ocorrem semanalmente, reunindo vários/as jovens seja para disputar o duelo de MC's, para cantar suas letras, para organizar o encontro ou mesmo para assistir. Existe toda uma organização, para pontuar os melhores de cada semana, como forma de classificar para outros eventos, como a grande final da Liga Goiana de MC'S, envolvendo os/as artistas anualmente, em temporadas, bem como atletas. Isto por que a Batalha do Setor faz parte do circuito de batalhas do Duelo Nacional de MC'S da organização cultural Família de Rua, que acontece em Belo Horizonte, a dez anos, oferecendo holofotes e premiações para jovens MC's de todo Brasil.

Esta dinâmica oferece para uns uma atividade de lazer, para outros uma ocupação, um sonho, uma possibilidade artística, por isso existe um foco em melhorar o desempenho para se apresentar em eventos grandes e ganhar premiações oferecidas por patrocinadores da cidade.

Os encontros são comandados por um/uma mestre de cerimônia, que controla o tempo das rimas e anima a quem assiste o evento, sempre no início de cada batalha esta pessoa faz um grito de ordem e/ou guerra, valorizando a cultura, falando de alguma coisa da cidade e/ou sociedade. Isto faz com que os espectadores do evento, se liguem cada vez mais

com o que está sendo realizado, além de ser uma forma de reforçar uma informação e ideia do movimento.

Em Catalão o movimento possui, há cinco anos, um canal do Youtube o qual reúne mais de trinta mil visualizações e quase mil seguidores. O seu perfil do Instagram conta com mais de dois mil seguidores, números expressivos, mas não chegam perto do impacto cultural do evento nas ruas catalanas. Em suas plataformas digitais o coletivo já realizou diversas *lives* culturais, produziu músicas e videoclipes, além de postar as batalhas realizadas na praça, como forma de divulgar o movimento e democratizar a cultura para além do território da praça, afetando outras pessoas e atraindo novas juventudes.

As fotos do perfil mostram a evolução da atividade, quando em 2018 tinham menos de dez pessoas assistindo, em 2020, nos últimos encontros presenciais cerca de cinquenta pessoas assistiam aos jovens MC'S catalanos em seus freestyles. Sendo que nesses quatro anos de atividade, o movimento realizou eventos gratuitos, com as batalhas, apresentação musical e exposições artísticas, atividades que abrem espaços de voz para artistas locais, criando um circuito de arte popular dentro da cidade de Catalão. Ainda, o movimento mostra a sua ligação com a praça enquanto *locus* de suas ações, nesse sentido,

Nas comunidades miseráveis e bairros pobres das periferias das grandes cidades, nos quais espaços de lazer e cultura são inexistentes, os jovens estabelecem relações de sociabilidade na rua, esquinas e bares, constituindo-se em grupos de camaradas ou verdadeiras redes socioculturais profundamente enraizadas no espaço territorial em que vivem. Cultura de rua é o termo que vem sendo utilizado para designar redes simbólicas que agregam e conflituam seus diversos saberes. As tênues relações entre os saberes nascidos na rua, baseados na luta pela sobrevivência, e aqueles nos quais se apoiam as instituições formais, como a escola, são tensões permanentes do imaginário social. (GONÇALVES, 2010 p. 35).

A praça foi escolhida de forma estratégica, tanto para atrair as juventudes universitárias, quanto para levar ao espaço acadêmico as demandas das juventudes da cidade. Neste sentido, por mais que Catalão não seja uma grande cidade, a cultura de rua se faz presente, representada por grupos universitários, skatistas e pela própria Batalha do Setor, referencial para muitos jovens ditando as "tendências culturais" locais. Por esta e outras questões, a importância do movimento é relatada por um participante em depoimento no canal do movimento,

A Batalha do Setor é de extrema importância para a cidade, pois ele é um movimento cultural-étnico-racial e de resistências, ela realiza uma ocupação em uma praça pública, ela proporciona o debate sobre temas extremamente necessários na nossa sociedade como violência policial, como racismo, como

desigualdade sociais e também ela transforma realidades sociais, ela proporciona uma mudança de vida das pessoas negras, das pessoas pobres. Ela é também responsável pela transmissão de informação. Então a Batalha do Setor, ela é um movimento de luta constante contra o sistema e contra essa sociedade racista injusta. E a batalha do setor nesses momentos de crise nos convoca para continuar a lutar e para que possamos mudar essa sociedade para que ele se torna cada vez mais justa e igualitária (BATALHA DO SETOR, 2020, s.p).

O depoimento mostra como a batalha é mais que um local de lazer, ou uma mercadoria, aponta o quão importante é a comunicação dos jovens da margem de Catalão com outros jovens da mesma situação. Uma jovem negra aponta a importância de conhecer a batalha pois “o movimento é bem maior do que ela imaginava, que é resistência, a verdadeira cultura de rua” (BATALHA DO SETOR, 2020, s.p).

Em outro vídeo, outra jovem fala da importância da Batalha como um momento de se conectar com outras pessoas e de dar voz a artistas muito talentosos, “aprender é um momento de conhecimento, aprender com vivências e histórias de outras pessoas” (BATALHA DO SETOR, 2020, s.p). Se referindo ao fato de as rimas além de transmitir algum conhecimento, também são carregadas da vivência de jovens que habitam a margem do sistema capitalista, assim a Batalha do Setor, emerge enquanto veículo de informação e espaço de troca de experiências das juventudes.

Em seus depoimentos os jovens mostram que a Batalha escancara a dimensão do sensível, do urbano, sem ligações com mercadorias, pois o objetivo central não é o acúmulo de capital, mas sim diversas abstrações que atravessam a socialização destas juventudes. Assim, o movimento cultural busca através das batalhas levar a ideologia do Hip Hop a comunidade catalana, por isso,

Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes... para expô-las pela via – ou pela voz – dos edifícios, dos monumentos e também, pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam, sem esquecer as festas as cerimônias (LEFEBVRE, 1991, p. 68).

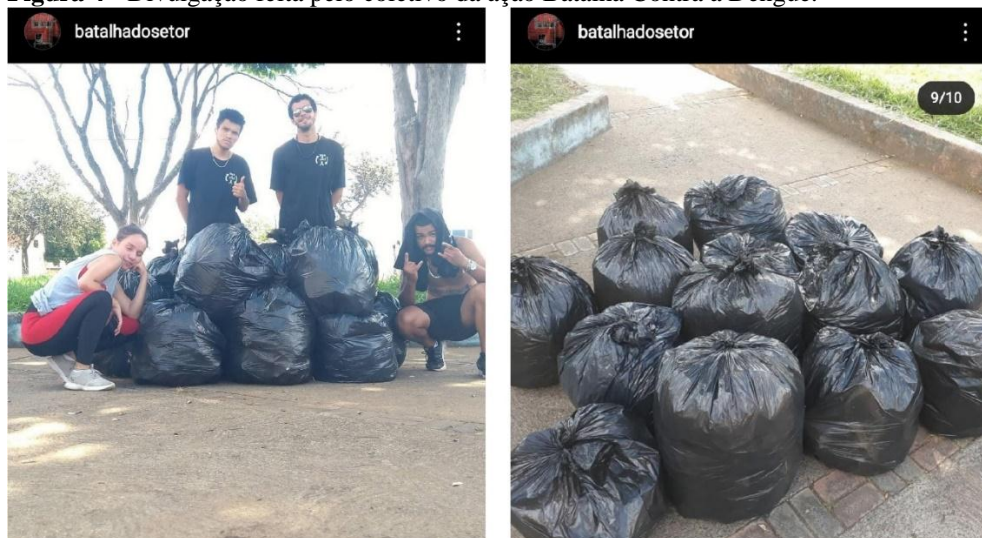
E é nesse sentido que os/as jovens frequentadores da Batalha do Setor utilizam suas rimas enquanto linguagem oral e corporal, para denunciar desigualdades de um sistema o qual os/as marginaliza, e por sua vez ressignificar um urbano que os segrega de espaços, mas também para se expressar, distrair e divertir. Ainda Lefebvre diz “ao lado da escrita, existe a fala do urbano, ainda mais importante, essas palavras expressam a vida e a morte a alegria ou a desgraça” (LEFEBVRE, 1991, p 68). Ou seja, a Praça do Setor faz parte da forma com que

parte da juventude catalana se comunica entre si e com a sociedade, expressando seus desejos e descontentamentos.

Como está registrado nas redes do movimento, os encontros “fazem cada vez mais continuarmos na luta pela nossa cultura. O Hip Hop é isso, RESISTÊNCIA, UNIÃO E LAZER PRAS QUEBRADAS!!!! Só temos a agradecer a cada um que de qualquer forma nos fortalece e fecha com a gente” (BATALHA DO SETOR, 2020, s.p). Ao longo de mais de quatro anos de atividade, já passando dos cem encontros semanais, a Batalha fez com que a praça se tornasse um ponto de cultura em catalão, atraindo pessoas de diversos pontos da cidade.

No período das mídias digitais, o coletivo cultural atua enquanto influenciadores da juventude local, e é neste sentido que realizam atividades de cunho social, dando apoio a moradores/as da cidade e/ou cuidando dos espaços que ocupam (Figura 4), reforçando a importância da cidadania enquanto práxis.

**Figura 4** - Divulgação feita pelo coletivo da ação Batalha Contra a Dengue.



Fonte: BATALHA DO SETOR (2020). Org.: MENDES (2022).

A imagem mostra uma das atividades de cunho social organizada pelos/as jovens que formam o movimento, intitulada Batalha Contra a Dengue, foi uma atividade em que a praça Irca Vitória da Fonseca e ruas do bairro Setor Universitário foram alvo de uma limpeza de materiais os quais pudessem acumular água e ser criadouro do mosquito da dengue. Uma ação que mostra a relação das juventudes da Batalha do Setor com o lugar que ocupam, mostram o cuidado e a função conscientizadora do movimento.

Em suas postagens, a forma como se comunicam com seu público, o movimento aponta que o objetivo do coletivo é difundir os valores do Hip Hop, incentivar a autoexpressão, reforçando a autoestima, promovendo o exercício de cidadania e a integração de jovens periféricos. A importância das relações interpessoais e com o espaço ocupado é evidente ao analisar os registros da Batalha do Setor, isto vem da relação dos jovens com as raízes ideológicas repassadas pelo movimento, formando caráter e passando valores coletivos.

Por isso, a visão capitalista de espaço, por vezes, é incompatível com a batalha, pois é um movimento plural, buscando autoafirmação das diferentes identidades, estas que por sua vez ressignificam o rap, o hip hop, o local que ocupam a partir de suas pluralidades, e resistem a mercantilização dos corpos, do espaço e da vida cotidiana. O hip hop e a Batalha do Setor trabalham valorização da identidade e cultura negra, por sua vez, rompendo com a perspectiva de homogeneização da vida e dos corpos que a programação do capital propõe. Assim construindo algo que extrapola a dimensão da mercadoria, pois,

O Hip Hop é expressão de culturas negras diversas, plurais e múltiplas, criadas a partir de uma complexa troca (inter)cultural que foi a base para a invenção de sujeitos sociais. Logo, a cultura é política, pois busca redefinir o poder social desestabilizando os significados culturais dominantes (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 77).

Ainda, Gonçalves (2010) reforça que,

Como as relações entre os jovens e a sociedade não ocorrem de maneira homogênea em todas as camadas da população, os diferentes modos de exercer a vida, como o escolar, o familiar, o religioso, o lazer, a iniciação profissional, o exercício da sexualidade e todos os demais modos de ação que sustentam os processos formadores das identidades, se desenvolvem de modo desordenado, problemático, sobretudo para aqueles das camadas populares (GONÇALVES, 2010, p. 25).

É inegável que vivemos em uma sociedade estruturada em racismo, os 400 anos de escravidão fala por si, e pelo Hip Hop ser uma cultura negra de cunho político, os movimentos acabam carregando diversos estigmas. No contexto que “os jovens interpretam, denunciam, rejeitam, por meio da arte, o universo cotidiano de falta de oportunidades, drogas, violência etc., condições desumanas impostas pela vida urbana” (OLIVEIRA, 2010, p. 39). Podemos inferir que este é um elemento que explica o estranhamento dos outros/as moradores/as com a movimentação na praça, a estigmatização dos corpos negros, pobres e LGBTQIA+.

A transgressão da ordem que espalha signos, gritos e corpos não normativos pela cidade, é vista como baderna, a música alta, a música rap e funk, os muros pichados e o lazer semanal da Praça do Setor, em parte, são a forma com que estes jovens expressam suas

emoções, euforia, descontentamento. A repressão é a resposta que tanto moradores/as quanto o poder público encontram para lidar com tais atos, sendo um problema, somado a falta de apoio, que marginaliza e estigmatiza estas juventudes.

Assim, em contrapartida a repressão Romera, Trevisan e Marcelino (2012) apontam que os estudos e ações do poder público devem considerar o contexto social e onde o indivíduo está historicamente situado, o encarceramento e o olhar acusatório não podem ser armas de combate, às transgressões juvenis. É necessária a atuação estatal por meio de políticas públicas que valorizem as juventudes nos campos educacionais, de trabalho, cultura e lazer. Pois a falta delas somada a criminalização as práticas gera um contexto o qual,

coincide com o domínio das expressões das emoções em público, pois nas sociedades mais avançadas são menos frequentes as situações críticas sérias que originam comportamentos de excitação nos indivíduos, uma vez que aumentou o controle social e o autodomínio da excitação exagerada. (ROMERA, TREVISAN e MARCELINO, 2012, p. 82).

Os conflitos tendem a existir e aumentar, pois não existe um espaço destinado ao lazer, não existem políticas que deem assistência a estes jovens, muitos deles perdidos sem perspectiva de estudo e trabalho, precisam participar como atores sociais na construção de uma sociedade plural e não marginalizados/as, afinal estão inclusos/as na sociedade capitalista de forma bastante precária.

A presença da polícia na praça, braço armado do Estado, ocorre com vistorias coletivas, truculência e outras tentativas de oprimir os/as artistas e espectadores, levando a acreditar que o intuito é reprimir a ocupação e não garantir a segurança do evento. E isto culmina não só num abandono, afinal os movimentos dificilmente são assistidos por políticas públicas efetivas, mas também numa opressão, a grande mídia produz uma imagem do feio, do inimigo, com a qual o Estado se legitima para caçar, oprimir, matar através das necropolíticas (MBEMBE, 2018).

Assim, deixando a cidade para aqueles que têm dinheiro e podem vivenciar o fetiche da mercadoria, num movimento o qual desumaniza os sujeitos, esvazia os espaços onde se tornam fantasmagóricos. “O modelo de política que separa e isola é sustentado por um discurso que reduz o cidadão à condição de trabalhador, gerando políticas urbanas que realizam a cidade como deslocamento casa/trabalho” (CARLOS, 2014 p. 483). De modo que as relações socioespaciais são substituídas por relações mediadas por objetos e pelo consumo, marcado pelo abandono dos espaços públicos enquanto espaços de sociabilidade, e da negligência estatal frente às ocupações realizadas por grupos como os jovens.

Este processo de abandono, marginaliza os/as jovens e fomenta o conflito entre moradores e juventudes, a atuação estatal através da polícia e multas não resolve a problemática, cria novas em um processo de repressão constante. O movimento Batalha do Setor é de cunho independente, não recebe nenhum auxílio ou financiamento do poder público local, além dos editais de cultura que são políticas estaduais e federais, assim, existe um processo de negligência e invisibilização das ocupações realizadas por estas juventudes. Em contrapartida

A linguagem musicada dos jovens pobres que se faz no presente, compreende a contemporaneidade, é contextualizada e potencialmente inesgotável. Considero o movimento hip hop um indicativo sociocultural atualizado e expressivo, aglutinador da juventude das camadas populares. E embora o rap apareça como um estilo de música, ele não se reduz a um mecanismo habitual da “sociedade de consumo” ou “mercado jovem”. Podemos afirmá-lo como expressão da experiência social que é seu fundamento. (GONÇALVES, 2010, p. 25).

No horizonte de Lefebvre (1991) aponta que o urbano não é algo acabado, é o movimento a obra dos cidadãos, por isso os sujeitos reescrevem o urbano em seu dia a dia e o direito à cidade, enquanto pauta deve ser construído pelo coletivo. É nesse sentido a afirmação que a crise da cidade é atribuída ao capital, a sua morfologia sensível e material é a todo momento reconfigurada em movimentos paradoxais de integração e desintegração (LEFEBVRE, 1991).

No processo de industrialização em que a cidade implode como mercadoria, o autor coloca a arte enquanto reintegradora do significado de obra à cidade. “Além do mais, e sobretudo, a arte restitui o sentido da obra, ela oferece múltiplas figuras de tempos e de espaços apropriados: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra” (LEFEBVRE, 1991 p.116). Ainda,

A centralidade lúdica tem suas implicações: restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia – dar ao tempo prioridade sob o espaço, não sem considerar que o tempo em se inscrever e se escrever num espaço por apropriação acima do domínio. [...]o espaço lúdico coexiste e coexiste ainda com espaços de trocas e de circulação, com o espaço político, com o espaço cultural. (LEFEBVRE, 1991 p.132).

E por isso, o Hip Hop enquanto cultura popular, que surge nas ruas, é um dos caminhos para a ressignificação do urbano no sentido de,

o Hip Hop nasce negando a violência, transformando-a em arte e cultura, recuperando, assim, o sentido da polis, a coexistência da diferença/pluralidade como base da política (ARENDRT, 1991). Isto é, como lugar de

encontro e de tensões da “[...] prática política exercida pela comunidade de seus cidadãos” (ROLNIK, 1988, p. 22 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 77).

Um movimento que também perpassa pela valorização dos corpos plurais, de diferentes origens, com várias abstrações e construções, como Tavares (2004) *apud* Oliveira (2010) o corpo negro, o da minoria em si, guarda em seu amago as municações para revolução e a ruptura. E através disso o Hip Hop, a arte apodera-se das significações existentes. De modo, a visão que os sujeitos construíram da praça deixando de lado ela enquanto “a representação, o ornamento, a decoração, a arte podem se tornar práxis em escala social: a arte de viver na cidade como obra de arte” (LEFEBVRE, 1991, p 68).

É o caminho de resistência às investidas do capital e a opressão estatal, é necessário que a luta extrapole a praça e parta também para os espaços institucionais buscando construir um estado mais representativo. E como Lefebvre (1991) aponta, o direito à cidade que é o superior dos direitos humanos deve ser vivido, enquanto práxis e construção de um projeto social,

Henri Lefebvre (1968), cria uma nova inteligibilidade, iluminando um projeto para a sociedade: (a) como produto da crítica radical ao planejamento e à produção de um conhecimento sobre a cidade que reduz a problemática urbana àquela da gestão do espaço da cidade, com o fim de restituir a coerência do processo de crescimento (apoiado no saber técnico que instrumentaliza o planejamento estratégico realizado sob a batuta do Estado, justificando sua política); (b) como movimento da práxis, no cotidiano. O “direito à cidade” construído na negação do mundo invertido, aquele das cisões; da identidade abstrata; da passividade; da constituição da vida como imitação de um modelo de felicidade forjado na posse de bens; da segregação fundada na propriedade privada; da importância da instituição e do mercado; do poder repressivo; do desaparecimento das particularidades; do processo que produz o tempo como efêmero e o espaço como produção amnésica; da redução do espaço cotidiano ao homogêneo, destruidor da espontaneidade e do desejo. (CARLOS, 2014, p. 484).

Nesse sentido “as muitas bandeiras são interpretadas, podendo-se criar uma hipótese: essas várias bandeiras são passíveis de serem reunidas pelas várias facetas e planos que compõem a realização dos conteúdos da ideia de ‘direito à cidade’ construída por Henri Lefebvre (1968)” (CARLOS, 2014, p. 480). As lutas diárias só tendem a engrandecer a luta pelo direito à cidade e devem ser trazidas para dentro dos movimentos, seria o elo entre todas as minorias que lutam não só por um lugar no urbano, mas também em uma sociedade a qual exclui e explora.

## Considerações finais

O urbano enquanto condição, meio e produto da sociedade capitalista é mercantilizado e passa a ser consumido em um tempo efêmero e sem significados. Através de uma morfologia sempre cambiante, a reprodução capitalista cria espaços estranhos aos/às habitantes. Por meio de espacialidades relacionadas ao capital, condicionadas a ter ou não dinheiro, a cidade é hierarquizada e segregacionista. O lazer, neste contexto, faz parte de um circuito produtivo, em que o sistema impõe regras e formas de ocupação.

Em Catalão este processo é evidente quando se trata da gestão das praças e outros espaços de lazer, a prefeitura negligencia as peculiaridades e usos locais, reproduzindo a sua estética. Produzindo espaços de conflito, principalmente por meio da disputa destes. Este é o fenômeno analisado na praça Irca Vitória da Fonseca, moradores/as disputam com a juventude programações diferentes para o local, a resposta do Estado é a de reprimir a ocupação que foge dos interesses produtivos, quando não gera lucro é colocado de lado.

É incontestável mesmo em meio à diversos problemas, a Batalha do Setor é de grande importância para a cidade, constituindo um circuito de lazer e cultura gratuitos e acessíveis a diferentes jovens. O movimento pode ser considerado como local de educação e de transmissão de valores, ao passo que é refúgio para diferentes juventudes: a negra, LGBTQIA+, e outros sujeitos periféricos que socializam, trocam afeto e experiências.

Neste processo, uma parte do potencial revolucionário e criativo dos movimentos juvenis é perdido, colocados de lado. São necessárias políticas públicas que alcancem esses/as jovens, produzindo espaços próprios para lazer, bem como um circuito artístico cultural gratuito o qual privilegie as camadas que habitam a margem da cidade. É de suma importância que os movimentos e coletivos artísticos locais recebam condições de produzirem suas atividades.

Com esta pesquisa esperamos contribuir para apontar a importância de práticas que rompam com o programado no uso e apropriação do urbano, mostrando o potencial de luta pelo direito à cidade de tais movimentos.

---

## Notas

<sup>i</sup> “Uma “fobópole” é dito toscamente, uma cidade dominada pelo medo da criminalidade violenta. Mais e mais cidades vão, na atual quadra da história, assumindo essa característica.” (SOUZA, 2008, p. 12).

<sup>ii</sup> Frente às ocupações juvenis que aconteciam na praça, que por vezes produziam um desconforto aos moradores do entorno em função do barulho que se estendia até altas horas da noite, ocorria um conflito entre os dois grupos. E por vários momentos, a polícia era acionada para conter o conflito, criminalizando as práticas realizadas pelos jovens.

<sup>iii</sup> O Hip Hop emerge por meio de diversas práticas que se complementam: o rap que significa ritmo e poesia que será a expressão musical sendo dividida entre o M.C. – Mestre de Cerimônia – (o cantor de rap) e o D.J. – Disquei Jockey – (o criador do som);<sup>4</sup> o Break, o Popping, Locking e o Street Dance (as danças mescladas expressas pelos seus dançarinos, os b.boy's (break boy) e as b. girl (break girl)<sup>5</sup> e o grafite (os desenhos nos muros). O último A palavra break passou a incorporar todas as formas de dança. elemento seria o Conhecimento – a Consciência Cidadã – fruto dessa nova prática conciliatória (OLIVEIRA, 2010, p.77).

<sup>iv</sup> Arquivos retirados das redes sociais do movimento, em especial da página no *Instagram* @batalhadosetor.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. - São Paulo: Contexto, 2011. P. 1-36.

\_\_\_\_\_. A. F. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. – São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

\_\_\_\_\_. A. F. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014. Disponível em: < O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade | GEOUSP Espaço e Tempo (Online)> Acesso: 18/04/2021.

\_\_\_\_\_. A. F. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico, In: CARLOS, A.F., SOUZA, M. L de SPOSITO, M, E, B (org.) **A Produção do espaço urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. Editora Contexto, São Paulo, 2011. P. 53-73.

CORRÊA, R. L. Quem produz o espaço urbano In: **O espaço Urbano**, 4º ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.p. 11-31.

Costa, C.L. **A Construção do Lugar a Partir do Espaço Programado – O Caso Da Vila Teotônio Vilela em Catalão-GO**, Dissertação de Mestrado, IESA/UFG Catalão, 1998.

COSTA, R.G, PRADO, P. do. **Políticas públicas de lazer na cidade de Catalão (GO): a configuração do espaço**, UFU/, Uberlândia, 2003.

GONÇALVES, M. das G. O DISCURSO POSSÍVEL DE UMA JUVENTUDE EXCLUÍDA In: REFLEXÕES SOBRE OS “MODOS DE VIDA” E A SOCIALIZAÇÃO DOS JOVENS NEGROS, **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** – FEUFF (n. 11) (2009/2010) Rio de Janeiro/Niterói – Ed. ALTERNATIVA/Ed. EdUFF/2010. p. 23-70. Disponível em: < <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/PENESB-11.pdf> > Acesso: 21/10/2021.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**, São Paulo, Boitempo, 2014.

IBGE. Cidades – **Catalão**. Rio de Janeiro: IBGE/CTR, 2021. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama>> Acesso: 21/10/2021.

IBGE. Cidades – **Goiás**. Rio de Janeiro: IBGE/CTR, 2021. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>> Acesso: 21/10/2021.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.

LIMA, L. F. S. de. **Especulação imobiliária em catalão (go)**: A inserção urbana para moradores dos bairros localizados a Sudeste da BR-050 (2000-2017). Dissertação de mestrado. IGEO/ UFG-RC, Catalão, 2019.

OLIVEIRA, D. A de. Hip hop e territorialidades urbanas: uma construção social de sujeitos das periferias, in: reflexões sobre os “modos de vida” e a socialização dos jovens negros, **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** – FEUFF (n. 11) (2009/2010) Rio de Janeiro/Niterói – Ed. ALTERNATIVA/Ed. EdUFF/2010. p. 71-112. Disponível em: < <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/PENESB-11.pdf> > Acesso: 21/10/2021.

ROMERA, L; TREVISAN, R; MARCELLINO, N. **Lazer, Juventude e Álcool**: Uma Análise das Promoções e Eventos Dirigidos ao Público Jovem. *Licere*. v. 16. (2012) Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/652/453>> Acesso: 21/10/2021.

SETOR, B, Catalão, 2021, Instagram: @batalhadosektor. Disponível em:< <https://www.instagram.com/batalhadosektor/> > Acesso em: 26/08/2021.

SILVA, M. V. **O Meio Técnico-Científico-Informacional e a Estruturação Da Rede Do Pólo De Moda Íntima Em Catalão/Goiás**, Dissertação de Mestrado, IESA/ Goiânia, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole**, o Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.